



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

23/10/2015 ATÉ 23/10/2015



INDÍCE

1	CASAMENTO COMUNITÁRIO	
	1.1 IMIRANTE.COM.....	1
	1.2 O IMPARCIAL ONLINE.....	2 3
	1.3 SITE JUSBRASIL.....	4
2	COMARCAS	
	2.1 BLOG ARISTON CALDAS.....	5
	2.2 SITE JORNAL PEQUENO.....	6
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG AQUILES EMIR.....	7
	3.2 BLOG GILBERTO LIMA.....	8
	3.3 BLOG LUÍS CARDOSO.....	9
4	SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO	
	4.1 IMIRANTE.COM.....	10
5	SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	
	5.1 SITE JUSBRASIL.....	11
6	SINDJUS	
	6.1 BLOG ANÍBAL LINS.....	12
7	VARA CRIMINAL	
	7.1 BLOG REI DOS BASTIDORES.....	13
8	VARA CÍVEL	
	8.1 BLOG JEISAEL.COM.....	14
	8.2 BLOG MARRAPÁ.....	15
	8.3 IMIRANTE.COM.....	16

TJMA informa ao SINDJUS-MA sobre suplementação orçamentária no exercício de 2015

O Diretor Financeiro do Tribunal de Justiça do Maranhão, Claudio Cutrim Raposo, respondeu na tarde desta sexta-feira, 23/10, ofício do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão - SINDJUS/MA, no qual a entidade cobrava cópia das Portarias e Decretos que tratam da abertura de crédito adicional, no exercício financeiro de 2015, em favor do Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Esse tipo de operação de crédito só é possível, em razão da suplementação do orçamento do Tribunal de Justiça pelo Governador Flavio Dino, ocorrido ao longo do corrente ano.

A suplementação do orçamento do Tribunal de Justiça pelo Governo do Estado foi admitida, publicamente, pelo Secretário de Articulação Política e Assuntos Federativos Márcio Jerry Saraiva Barroso, durante reunião com dirigentes do SINDJUS-MA, da Força Sindical e da União Geral dos Trabalhadores - UGT, ocorrida na última quarta-feira, 21, no Palácio dos Leões, após passeata dos servidores do Judiciário, que se encontram em greve geral pelo não pagamento de suas perdas inflacionárias de 2014.

Diante das informações prestadas pelo Tribunal de Justiça, a assessoria técnica do SINDJUS-MA estuda agora os próximos passos a serem dados na negociação com a própria instituição e com o Governo do Estado, de modo a garantir o atendimento à pauta da greve geral dos servidores do Judiciário, que é a aprovação do projeto de lei que garanta o pagamento da reposição constitucional e anual das perdas inflacionárias da categoria, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2014, no índice acumulado de 6,3%.

Após a análise técnica dos números, a direção do SINDJUS-MA divulgará na próxima semana, através do portal da entidade na internet, sua posição oficial a respeito dessas informações tão importantes, finalmente prestadas pela administração do Tribunal de Justiça do Maranhão, sob pressão decisiva da greve geral dos trabalhadores do Judiciário.

Essa manifestação oficial do sindicato deverá ser anunciada na próxima terça-feira, 26/10, através do site: www.sindjus.org.br.

Tribunal de Justiça suspende contagem dos prazos processuais até final da greve de servidores judiciais

O Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu suspender contagem dos prazos processuais, audiências, intimações e citações pelo prazo de até 24 horas após o término da greve de servidores, ou de decisão que declare ilegal o movimento. A medida foi tomada por meio da Portaria GP nº 1205/2015, pela presidente do TJMA, Cleonice Freire, nesta quinta-feira (22).

De acordo com a portaria, os prazos serão mantidos apenas nos casos de antecipações de tutela e medidas cautelares concedidas por meio de liminar. O documento atende à solicitação feita pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão (OAB/MA), sob a alegação de que a deflagração do movimento grevista vem comprometendo o atendimento nas unidades jurisdicionais do Estado.

Comarca de Tutóia é uma das mais produtivas do Maranhão

Processos , despachos e outros atos do juiz, apenas no ano de 2014

Esta semana o blog fez uma entrevista exclusiva com o Magistrado Titular da Comarca de Tutóia, Dr. Rodrigo Otávio Terças Santos, este informou que muito se avançou na produção dos trabalhos judiciários. Sua secretaria, somente no ano de 2014, chegou a realizar mais de 60 mil atos.

A saber:

Tutóia mais de 60 mil atos;

Araioes 30 mil atos;

São Bernardo 34 mil atos.

Se comparado com outros municípios da região, Tutóia chega a produzir o dobro (veja nos documentos abaixo).

Em três anos foram julgados mais processos que nos cinco anos anteriores a chegada de Terças ao município. O documento abaixo demonstra que foram realizados 5.510 julgamentos, 3.441 decisões e mais de 20 mil despachos.

Transformando os números em dados, apenas de atos do juiz, por mês e dia chega-se ao total de mais de 40 despachos por dia, ou seja, um número significativo. Quanto aos atos da comarca, ou seja, produção da Secretaria Judicial chega-se a 84 por dia.

O juiz informou que a comarca atende a dois municípios (Tutóia e Paulino Neves) e ele tem de realizar despachos da região, haja vista, que está presidente da Turma Recursal da Regional Chapadinha, o que aliás também lhe deu destaque por ser o juiz nessas condições que mais julgou em Chapadinha.

Terças foi destaque de uma página inteira do jornal da Justiça publicado este ano, reveja aqui.

No município de Tutóia Terças tem sido reconhecido por grande parte da população por julgar processos que envolvem discussões sobre irregularidades do prefeito de Tutóia.

Gil Cutrim é condenado à perda do cargo de prefeito de São José de Ribamar

Os elementos colhidos nos autos não deixam dúvidas acerca do elemento doloso na conduta de Gil Cutrim, sobretudo considerando que o mesmo era ciente das irregularidades encontradas na administração

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça condenou, em 16 de outubro, o prefeito de São José de Ribamar, Gil Cutrim, à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos. Também foi condenado ao pagamento de multa no valor de 50 vezes a última remuneração recebida no cargo. Outra penalidade é a proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos.

Todas as sanções são previstas na Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa). A decisão, proferida pelo juiz Jamil Aguiar da Silva, acolhe Ação Civil Pública por improbidade administrativa proposta pela promotora de justiça Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça, titular da 1ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de São José de Ribamar.

IRREGULARIDADES

Consta nos autos que foi promovido concurso público para preenchimento de vagas na Prefeitura de São José de Ribamar, destinado a substituir servidores admitidos por contratações temporárias. O concurso foi homologado em 28 de novembro de 2011.

Ao mesmo tempo, foram criados, pela Lei Municipal nº 962/12, cargos comissionados que não possuem atribuições de direção, chefia ou assessoramento, além de serem preenchidos diversos cargos por servidores contratados sem respaldo legal. Devido a esta irregularidade o Ministério Público do Maranhão firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como Município, objetivando a convocação e nomeação dos candidatos aprovados e classificados no concurso. O objetivo era substituir os contratados temporariamente.

Apesar do TAC firmado e da realização do concurso, não houve a convocação e admissão dos classificados no certame, sendo mantido o quadro irregular de servidores. Em 4 de setembro de 2012, a 1ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de São José de Ribamar realizou uma reunião com representantes da prefeitura, na qual foi acertada a regularização dos cargos no prazo de seis meses.

No entanto, a prefeitura continuou mantendo em seus quadros inúmeros servidores temporários sem a comprovação de que estivessem atendendo a uma necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme prevê a Constituição Federal.

"Os elementos colhidos nos autos não deixam dúvidas acerca do elemento doloso na conduta de Gil Cutrim, sobretudo considerando que o mesmo era ciente das irregularidades encontradas na administração, inclusive tendo assumido pessoalmente o compromisso de reduzir o quantitativo de cargos comissionados e efetuar a nomeação dos aprovados no concurso, porém, foi constatada a continuidade das contratações irregulares".

Justiça cassa mandato de Gil Cutrim por irregularidades

Entre as acusações contra o gestor está o não chamamento de candidatos aprovados em concurso em 2011.

A Justiça condenou o prefeito de São José de Ribamar, Gil Cutrim, à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos. A decisão, proferida pelo juiz Jamil Aguiar da Silva, acolhe Ação Civil Pública por improbidade administrativa proposta pela promotora de justiça Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça, titular da 1ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de São José de Ribamar.

Gil Cutrim foi condenado também a pagar uma multa no valor de 50 vezes a última remuneração recebida no cargo. Outra penalidade é a proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos.

O gestor é acusado de não convocar candidatos aprovados em concurso para preenchimento de vagas na Prefeitura de São José de Ribamar, realizado em 2011, destinado a substituir servidores admitidos por contratações temporárias, além de criar cargos comissionados que não possuem atribuições de direção, chefia ou assessoramento, além de serem preenchidos diversos cargos por servidores contratados sem respaldo legal.

Justiça pede afastamento do prefeito de Marajá do Sena

Prefeito Edivan de Marajá do Sena|

A justiça do Maranhão pediu o afastado do prefeito Manoel Edvan Oliveira da Costa de Marajá do Sena por 90 dias. O gestor deverá ser afastado do cargo até que o inquérito da Polícia Civil que apura crimes de agiotagem na município sejam concluídos.

O prefeito foi preso ainda em maio deste ano durante a Operação Maharaja que confirmou desvio de dinheiro público dos cofres da cidade.

De acordo com o delegado presidente da comissão que investigação de agiotagem foram confirmadas fraudes no fornecimento da merenda escolar através de empresas de fachadas que foram criadas para burlar as licitações.

Além do prefeito, a secretaria de Administração do município e o presidente da CPL, Elionio Lima Viana também são investigados e estão à disposição da justiça.

Gil Cutrim é condenado a perda de mandato

Prefeito de São José de Ribamar não convocou aprovados em concurso público realizado em 2011. |

A justiça condenou o prefeito de São José de Ribamar, Gil Cutrim, à perda do mandato e à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos.

A decisão foi proferida no último dia 16 pelo juiz Jamil Aguiar da Silva, da 1ª Vara Cível do município.

Gil Cutrim foi condenado por não convocar os aprovados no concurso público para preenchimento de vagas na Prefeitura de São José de Ribamar, realizado em 2011, destinado a substituir servidores admitidos por contratações temporárias.

O prefeito também foi sentenciado ao pagamento de multa no valor de 50 vezes a última remuneração recebida no cargo.

Outra penalidade é a proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos.

MPMA realiza palestra sobre Lei Maria da Penha em unidade prisional de Açailândia

Teve início na última segunda-feira, 19, a Semana do Outubro Rosa na Unidade Prisional de Açailândia. A abertura da semana foi marcada por uma palestra sobre a Lei Maria da Penha e suas consequências, ministrada pela promotora de justiça Sandra Fagundes Garcia, titular da 6ª Promotoria de Justiça da comarca.

Além das detentas, participaram da palestra os funcionários da unidade prisional, agentes penitenciários e presos que estão no regime semiaberto, totalizando cerca de 30 pessoas.

A iniciativa da direção da Unidade Prisional de Açailândia também contou com a presença do juiz da 1ª Vara Criminal, Pedro Guimarães, da secretária de Educação do Município, Maria Luiza Oliveira Vieira, e do diretor da unidade, Bruno Costa.

Redação: Rodrigo Freitas (CCOM-MPMA)

Casamento comunitário vai unir 1.400 casais em São Luís - Imirante.com

Foto: Divulgação |

SÃO LUÍS - Nesta sexta-feira (23), 1.400 casais vão participar do casamento comunitário em São Luís, sendo que dois deles são homoafetivos. O evento, promovido pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), começará às 18h no Centro de Convenções da UFMA, Campus do Bacanga, em São Luís.

Segundo a CGJ, são esperadas oito mil pessoas, dentre noivos, parentes e padrinhos, que ficarão sob a coordenação de 250 colaboradores, dentre servidores da Corregedoria e voluntários dos órgãos e entidades parceiras. Haverá, também, sorteio de brindes, como eletrônicos e eletrodomésticos.

O Projeto Casamento Comunitário foi criado no Maranhão em 1999 e visa a formalizar, gratuitamente, a união de casais em todo o Estado. Desde sua criação, já são mais de 80 mil uniões oficializadas.

Prazo de agendamento na semana da conciliação vai até dia 30

SÃO LUÍS - Quem deseja negociar questões judiciais pode agendar, até 30 de outubro, uma sessão de conciliação pelo serviço gratuito "Quero Conciliar", disponível no Portal do Judiciário. A ferramenta agiliza o atendimento e inclui a causa ou situação para ser negociada durante a 10ª Semana Nacional da Conciliação (SNC), que será realizada no período de 23 a 27 de novembro.

Por meio do link "Quero Conciliar", é possível marcar uma audiência sem sair de casa, de forma rápida e simples. Após o preenchimento do formulário disponibilizado (nome completo das partes, RG, CPF, endereço, contatos etc.), o documento é enviado para o juiz, responsável pelo processo em questão, para inclusão na pauta da semana.

A ferramenta, também, pode ser acionada ao clicar-se no banner da Semana, disponível no portal do Judiciário ou, ainda, na seção de pesquisa processual (Jurisconsult).

A criação do link integra o Programa de Conversão de Conflitos em Entendimento - um conjunto de ações visando estimular a conciliação em processos que tramitam na Justiça e orientar a população sobre o funcionamento e as vantagens do uso dos meios alternativos de solução de conflitos, evitando-se, em alguns casos, a abertura de novo processo na Justiça.

Além do "Quero Conciliar", o cidadão, também, pode agendar por meio do Telejudiciário (0800-7071581) ou, presencialmente, no 1º Cejusc (Fórum de São Luís).

Prefeito Gil Cutrim é condenado à perda do cargo

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - A pedido do Ministério Público do Maranhão (MP-MA), a Justiça condenou, no dia 16 de outubro, o prefeito de São José de Ribamar, Gil Cutrim, à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos. Também foi condenado ao pagamento de multa no valor de 50 vezes a última remuneração recebida no cargo. Outra penalidade é a proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos.

Todas as sanções são previstas na Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa). A decisão, proferida pelo juiz Jamil Aguiar da Silva, acolhe Ação Civil Pública por improbidade administrativa proposta pela promotora de Justiça Elizabeth Albuquerque de Sousa Martins, titular da 1ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de São José de Ribamar.

Irregularidades

Consta nos autos que foi promovido concurso público para preenchimento de vagas na Prefeitura de São José de Ribamar, destinado a substituir servidores admitidos por contratações temporárias. O concurso foi homologado em 28 de novembro de 2011.

Ao mesmo tempo, foram criados, pela Lei Municipal nº 962/12, cargos comissionados que não possuem atribuições de direção, chefia ou assessoramento, além de serem preenchidos diversos cargos por servidores contratados sem respaldo legal. Devido a esta irregularidade o Ministério Público do Maranhão firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o município, objetivando a convocação e nomeação dos candidatos aprovados e classificados no concurso. O objetivo era substituir os contratados temporariamente.

Apesar do TAC firmado e da realização do concurso, não houve a convocação e admissão dos classificados no certame, sendo mantidos o quadro irregular de servidores. No dia 4 de setembro de 2012, a 1ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de São José de Ribamar realizou uma reunião com representantes da prefeitura, na qual foi acertada a regularização dos cargos no prazo de seis meses.

No entanto, a prefeitura continuou mantendo em seus quadros inúmeros servidores temporários sem a comprovação de que estivessem atendendo a uma necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme prevê a Constituição Federal.

Casamento comunitário acontece nesta sexta-feira em São Luís

Foto: Divulgação.

O evento acontece no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), no Bacanga. Acontece na tarde desta sexta-feira, a partir das 18h, o casamento comunitário promovido pela Corregedoria Geral de Justiça no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), no Bacanga. Cerca de 1.387 casais fizeram a inscrição. A orientação da corregedoria é para que os noivos cheguem ao local do casamento mais cedo, por volta das 15h. Não é necessário documentos e nem a presença de padrinhos. A Corregedoria da Justiça também orienta a colaboração dos noivos no número de convidados para a festa, já que a mesma acontece em local fechado. Sorteio de brindes como televisores, fogões, ventiladores, microondas, grill e outros, também faz parte da programação. Inaugurado em 1999, o projeto Casamentos Comunitários da Corregedoria Geral da Justiça visa a oficializar a união de casais em todo o Estado. Todos os atos do casamento são gratuitos.

Casamento comunitário acontece nesta sexta-feira em São Luís

Foto: Divulgação.

O evento acontece no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), no Bacanga. Acontece na tarde desta sexta-feira, a partir das 18h, o casamento comunitário promovido pela Corregedoria Geral de Justiça no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), no Bacanga. Cerca de 1.387 casais fizeram a inscrição. A orientação da corregedoria é para que os noivos cheguem ao local do casamento mais cedo, por volta das 15h. Não é necessário documentos e nem a presença de padrinhos. A Corregedoria da Justiça também orienta a colaboração dos noivos no número de convidados para a festa, já que a mesma acontece em local fechado. Sorteio de brindes como televisores, fogões, ventiladores, microondas, grill e outros, também faz parte da programação. Inaugurado em 1999, o projeto Casamentos Comunitários da Corregedoria Geral da Justiça visa a oficializar a união de casais em todo o Estado. Todos os atos do casamento são gratuitos.

Acusado de homicídio é condenado em Zé Doca

Júri em Zé Doca|

A juíza Denise Pedrosa Torres, titular da 1ª Vara de Zé Doca, presidiu sessão do Tribunal do Júri na comarca nesta quinta-feira (22). No banco dos réus, Antônio Renato Silva, acusado de ter matado Antônio José da Silva Pereira. O réu foi considerado culpado e recebeu a pena de 15 anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.

Relata a denúncia que no dia 11 de maio de 2013, o acusado, conhecido pelo apelido de Midubim, teria desferido quatro facadas em Antônio José. O crime foi nomeio da rua, em Zé Doca. Submetido a julgamento, o Conselho de Sentença confirmou, por maioria, a materialidade, a letalidade e autoria. Rejeitou a absolvição do réu.

Os jurados rejeitaram a causa de diminuição de pena do homicídio privilegiado (violenta emoção), proposta pela defesa do acusado. Reconheceu a presença das qualificadoras do meio cruel e do uso de recurso que impossibilitou a defesa do ofendido. Rejeitou a qualificadora do motivo fútil.

"Atenta às circunstâncias judiciais acima descritas, fixo a pena-base em 15 (quinze) anos de reclusão. Não há atenuantes. Como concorrem duas qualificadoras, uma delas (uso de recurso que impossibilitou a defesa da vítima) deve servir como agravante, se previstas no rol do art. 61 do Código Penal, o que ocorre na espécie", destacou a juíza na sentença.

Destacou a magistrada: "Os motivos do crime não ficaram bem esclarecidos nos autos. No tocante às circunstâncias do crime, estas são desfavoráveis ao réu, em virtude de ter sido o crime cometido na presença de grande número de pessoas, demonstrando o seu desrespeito às autoridades públicas e a sua crença na impunidade e, ainda, obrigando várias pessoas a assistir a bárbara cena".

A sessão foi realizada na Câmara Municipal de Zé Doca e contou, na acusação, com a promotora de Justiça Simone Chrystine Santana Valadares, titular da 2ª Promotoria e respondendo pela 1ª. Na defesa, atuaram os defensores nomeados Fábio de Souza Barreto e Cláudio Roberto Flexa.

Casamento comunitário vai unir 1.400 casais no Maranhão nesta sexta

A Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) realiza, nesta sexta-feira (23/10), mais uma edição do casamento comunitário. Desta vez, o órgão promete reunir cerca de 1,4 mil casais em grande celebração que será realizada no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus do Bacanga, em São Luís. Ao todo, são esperadas oito mil pessoas, entre noivos, familiares e padrinhos, que ficarão sob a coordenação de 250 colaboradores - servidores da Corregedoria e voluntários dos órgãos e entidades parcerias.

Os noivos devem ficar atentos para o horário de chegada ao local - a recomendação é para que os noivos cheguem ao local a partir das 15 horas. A antecedência facilitará o trabalho de entrega da certidão de casamento aos participantes, que deverão estar munidos do protocolo de atendimento recebido por ocasião da inscrição. Entre as atrações do evento, haverá decoração especialmente preparada para a cerimônia, bolo de casamento e brindes.

O casamento comunitário em São Luís é mais uma das cerimônias do tipo que a Corregedoria-Geral da Justiça promove desde 1999, quando foi inaugurado o Projeto Casamentos Comunitários. Ao longo dos anos, mais de 80 mil uniões já foram oficializadas por meio da iniciativa do Poder Judiciário maranhense. Todos os atos do casamento comunitário são gratuitos.

Sistema eletrônico facilita obtenção de serviços em cartório maranhense

Um sistema inovador implantado de forma pioneira no cartório do 1º ofício de São Luís vai facilitar a vida de milhares de usuários dos serviços prestados à sociedade. Trata-se da adoção da tecnologia Piql de armazenamento de dados em formato binário baseada em película de 35mm, a mesma utilizada em produções cinematográficas. Com o sistema, o cidadão que necessitar dos serviços cartorários vai ganhar em segurança e agilidade, com maior facilidade de obtenção de documentos necessários às mais diversas situações cotidianas.

Com um acervo de milhares de documentos, alguns datados do século XIX, o desafio era digitalizar as mais de três milhões de páginas no menor tempo possível, o que foi alcançado em um período de seis meses. O trabalho permitiu incluir em apenas cinco rolos de película todo o estoque de documentos imobiliários presentes no arquivo do cartório, que atualmente ocupa quase dois prédios localizados no centro de São Luís.

Ricardo Gonçalves, cartorário responsável pelo 1º ofício, destaca que a tecnologia traz como principais diferenciais a segurança e a rapidez no acesso aos dados. Ele informou que um documento que antes poderia levar cerca de uma semana para ser encontrado, agora é acessado no sistema de forma imediata. “Nós conseguimos essa rapidez porque todos os nossos documentos estão inseridos no software, permitindo o acesso direto mediante simples pesquisa pelo atendente”, explicou.

Sem papel - A previsão é que os documentos físicos sejam descartados em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Quanto aos novos atos, estes já vão dispensar o uso de papéis, sendo realizados diretamente no sistema e seu armazenamento feito em um banco de dados específico. Para acompanhar a evolução tecnológica, Gonçalves destacou que foi preciso qualificar a equipe, uma vez que a tecnologia exige a mão de obra especializada.

Ele lembrou ainda que o cartorário é responsável por um serviço público delegado e que é fundamental manter um bom nível de qualidade no atendimento aos cidadãos. Gonçalves informa que o cartório tem como meta, ainda para este ano, a entrega de certidões de forma imediata ao requerente.

Para Walfredo Dantas, representante da empresa OGS, que detém a tecnologia Piql no Brasil, não se trata apenas de passar para o formato virtual, mas de um procedimento exclusivo que digitaliza o arquivo em microfilme e disponibiliza em sistema de informática. Assim, o arquivo pode ser alterado posteriormente conforme a necessidade.

Dantas garantiu que a tecnologia Piql permite que a informação fique armazenada por muito tempo sem a necessidade de mudança do arquivo para outro tipo de suporte, como acontece nos backups (cópias virtuais) tradicionais que exigem a mudança em média a cada cinco anos, além da manutenção do documento físico. “Com essa ferramenta, é possível guardar informações por milhares de anos sem a necessidade de migração para outro tipo de base de armazenamento. Importante acrescentar que a informação fica protegida contra inundação e incêndios, podendo resistir a temperaturas de até 500°C sem que os dados sejam danificados”, afirma.

Apoio - A Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), órgão responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos cartórios no Maranhão, teve papel importante na implantação do sistema e está atuando para

levar a tecnologia a outras serventias do estado e ao próprio Poder Judiciário. Isso porque a crescente demanda processual impacta no aumento de dados armazenados em papel, sendo necessária a busca de uma tecnologia alternativa, segura e de fácil acesso para armazenar uma grande quantidade de dados. Outro fator defendido pela corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, é o econômico, uma vez que a tecnologia tem um preço acessível e dispensa o uso de grandes estruturas físicas para armazenamento de grande quantidade de documentos administrativos e judiciais.

Fonte: CGJ-MA